JORNAL DO Se Preparation Regional de Medicena Color Preparation Common Control Park Common Control Park Control Enth Brogo Control Control Park Control Enth Brogo Control Control Park Control Enth Brogo Control Park Control Enth Brogo Control Park Control Enth Brogo Control Park Control Enth Region Control Contr

http://www.crmpr.org.br e-mail: jornal@crmpr.org.br Ano IV • N° 37 Junho/2000

PARANÁ

BIBLIOTECA CONSELHO REGINAL DE MEDICINA FARANA

Mobilização visa equacionar falta de vagas em UTI's neonatal

mportantes propostas e deliberações já foram implementadas, a partir de iniciativa do CRM-PR, visando pelo menos minorar o problema da falta de UTIs neonatal no Paraná. A primeira reunião promovida pelo Conselho, em maio, precipitou uma série de decisões, com destaque para a criação da Câmara Técnica em UTI Pediátrica, que já vem atuando para dar mais agilidade ao levantamento de todos os dados relativos à questão. A mobilização inicial envolveu os responsáveis pelas unidades intensivas neonatal dos hospitais da Grande Curitiba e as Sociedades de Pediatria e Ginecologia e Obstetrícia. A experiência do Rio de Janeiro, que transformou em lei proposta de utilização de unidades privadas, será analisada como possível alternativa para o Paraná. O secretário de Saúde, Armando Raggio, já se dispôs a dialogar sobre o tema e, ainda, espera consumar no segundo semestre o projeto de ativação de mais 40 leitos em todo Paraná (hoje são 89). *Páginas 2, 5, 8 e 9*

Do Código de Ética Médica Princípios fundamentais:

Artigo 15 – Deve o médico ser solidário com os movimentos de defesa da dignidade profissional, seja por remuneração condigna, seja por condições de trabalho compatíveis com o exercício ético-profissional da Medicina e seu aprimoramento técnico.



A taxa de ocupação das UTI's neonatol é absoluta. A carência tem custado vidas.

Impasse com convênios médicos

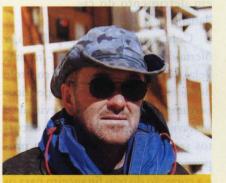
Em comunicado conjunto, o CFM e a AMB acusaram o CADE de favorecer as operadoras de saúde ao punir as entidades que vinham utilizando a Lista de Procedimentos Médicos como referencial de preços para os convênios. O Conselho e a Associação advertem que a situação tende a ficar pior para os pacientes, médicos e demais prestadores de serviços. Além de não reajustar os valores dos serviços há mais de três anos, as operadoras já tinham provocado uma crise no meio médico ao promover descontos e retaliações aos médicos devido a cobrança do INSS. Em reunião realizada em Porto Alegre, com presença de representantes dos Conselhos do Sul, a questão da tabela AMB/CFM foi colocada em discussão, assim como complementação de tabelas do SUS por Estados e municípios e condições de trabalho pelo SUS.

Páginas 6 e 7

Prêmio de Monografia do Conselho

Página 4

Padronização para doação de sangue Página 5



Cardiologista leva vida sob "fortes emoções"

O cardiologista Douglas Schmidt tem no montanhismo o seu hobby. Em janeiro ele "encarou" o Aconcágua. *Página 16*



editorial

Tetos financeiros sim, mas com base ética

or exigências administrativas, a área econômica e política do país determinou o orçamento para a saúde. Para estabelecer o teto financeiro dos estados utilizou-se os valores históricos gastos para atender a população. O parâmetro utilizado é distorcido, pois foi baseado em valores defasados, sem um estudo apurado dos custos para o atendimento ambulatorial, hospitalar e outros. Prevaleceu esse parâmetro do valor histórico. As correções não aconteceram com regularidade, aumentando assim o degrau entre as necessidades da população e os recursos disponíveis para tal fim.

Fica claro que a filosofia e a política de pagamento pela produção de serviços é gradativamente desestimulada. O rigor para não ultrapassar o teto financeiro determinado gera conflitos

"O RIGOR PARA NÃO

ULTRAPASSAR O TETO

DETERMINADO GERA

CONFLITOS ENTRE

FINANCEIRO

GESTORES E

PRESTADORES"

entre gestores e prestadores. O administrador que consegue manter o critério estabelecido é considerado competente, mas a sociedade está sendo sacrificada, pois fica alijada ou com dificuldade de acesso à saúde. Valoriza-se a burocracia em detrimento do cidadão.

Com o aumento da população, a oferta de novas tecnologias - muitas delas de alto custo - e o maior controle das doenças por programas específicos permitem uma melhor longevidade e sobrevida. No entanto, crescem os custos sem existir a contrapartida proporcional no orçamento para a saúde e a correção do teto financeiro para os

Por outro lado, os estados reduziram o percentual de investimento, e o Ministério da Saúde assumiu quase sozinho a responsabilidade pela saúde do cidadão. Agora, tenta reverter tal situação exigindo maior participação financeira dos estados e algumas vezes, nesta discussão, a comunidade é prejudicada com o orçamento inadequado para atender suas necessidades. Semelhante discussão acontece também entre Estados e Municípios e os pacientes oriundos de outras cidades e estados, que são praticamente discriminados, têm dificuldades para receber atendimento ou ter acesso aos serviços de referência e de melhor qualidade.

Aos novos pacientes, os novos tratamentos e medicamentos, ao invés de motivar satisfação pelo atendimento, a redução do sofrimento e a promoção da cura, gera preocupação aos administradores e uma ameaça à estabilidade financeira do município. Em algumas secretarias o pagamento não é efetuado, pois ultrapassou a cota estabelecida para exames ou mesmo consultas.

Outro motivo que tem gerado

preocupação para os gestores é quando o Ministério Público ou o Poder Judiciário determina o pagamento de tratamentos ou medicamentos excepcionais, geralmente de custos elevados, não considerando a dificuldade de compatibilizálos com o orçamento in-

suficiente do poder público. A medida do Ministério Público é justa, pois defende a sobrevivência do cidadão, mas o melhor caminho seria solicitar a uma equipe médica de especialistas para emitir parecer técnico da conveniência ou não de usar determinados medicamentos ou realizar procedimentos especiais, sem levar em conta quais os benefícios aos pacientes, no que concerne a sua qualidade de

O Ministério Público deve, sim, também participar. Porém, mais efetivamente na busca de estratégias para um orçamento mais adequado às necessidades do cidadão brasileiro, para evitar constrangimento do gestor, que na verdade acaba administrando dificuldades e carências, ao invés de implementar ações efetivas de saúde.

O Sistema de Saúde vigente do País é injusto e perverso. Vale lembrar, por exemplo, que os portadores de neoplasia aguardam algumas vezes mais de 30 dias para o agendamento de consultas, retardando o início do seu tratamento. Daí, então, apesar da urgência do início da terapêutica, o paciente espera por período de tempo maior, o que poderá agravar a sua doença, provocando morbidade e mortalidade maiores.

A situação das UTI's neonatais é outro ponto nevrálgico. As vagas são escassas para atender a demanda. Não existem recursos imediatos para aumentá-las ou, ainda, praticar melhor remuneração aos intensivistas. As maternidades que dispõem de leitos para terapia intensiva neonatal estão sobrecarregadas, o que facilita a infecção hospitalar, provocando "morte em série" e todos os profissionais de saúde e os hospitais são injustamente responsabilizados.

Tal situação gera permanente conflito. De um lado, o gestor obrigado a cumprir e fazer cumprir as regras e o teto financeiro. Do outro, o prestador sem condições de oferecer melhor qualidade de atenção. A discórdia fica apenas no âmbito dos municípios, enquanto os políticos e as autoridades públicas, principalmente da área econômica, distantes e alheios a esses dilemas, não viabilizam melhor orçamento para a grave questão da saúde.

Mesmo reconhecendo avanços, várias distorções devem ser corrigidas. Não é competente o gestor que apenas obedece a burocracia, às custas do sofrimento das pessoas, dificultando o acesso de pacientes e limitando tratamentos para permanecer dentro do seu teto financeiro, mas sem base ética e alheio aos compromissos sociais e humanitários.

Presidente

expediente



Iornal do Conselho Regional de Medicina do Paraná - Gestão 1998/2003

Diretoria
Presidente: Cons. Luiz Sallim Emed / Vice-Presidente: Cons.
Zacarias A. de Souza Filho / 1° Secretário: Cons. Daebes
Galati Vieira / 2° Secretário: Cons. Roberto Bastos da Serra Freire / Tesoureiro: Cons. Gerson Zafalon Martins / Tesou Adjunto: Cons. Donizetti Dimer Giamberardino Filho

Conselheiros Efetivos:

Carlos Ehlke Braga Filho, Carlos Roberto Goytacaz Rocha, Daebes Galati Vieira, Donizetti Dimer Giamberardino Filho, Gerson Zafalon Martins, Hélcio Bertolozzi Soares, José Luiz de Oliveira Camargo, Kemel Jorge Chammas, Luiz Sallim Emed, Marcos Flávio Gomes Montenegro, Mariângela Batista Galvão Simão, Marília Cristina Milano Campos, Mauri José Piazza, Monica de Biase Wright Kastrup, Raquele Rotta Burkiewicz, Roberto Bastos da Serra Freire, Rubens Kliemann, Sérgio M. Molteni, Wadir Rúpollo e Zacarias Alves de Souza

Conselheiros Suplentes:

Antônio Carlos de Andrade Soares (Cascavel), Célia Inês Burgardt, Cícero Lotário Tironi, Jorge Rufino Ribas Timi, José Eduardo de Sigueira (Londrina) Lúcia Helena Coutinho dos Santos, Luiz Antonio de Mello Costa (Umuarama), Luiz Jacintho Siqueira (Ponta Grossa), Manoel de Oliveira Saraiva Mario Stival, Mingo Okawa (Maringá), Niazy Ramos Filho, Nilson Jorge de Mattos Pellegrini (Foz do Iguaçu), Orlando Belin Júnior (Guarapuava), Renato Seely Rocco e Sylvio José Borela (Pato Branco).

Ernani Simas Alves / Luiz Carlos Sobânia / Duilton de Paola / Farid Sabbag / Wadir Rúpollo

Consultor Jurídico: Adv. Antonio Celso Cavalcanti de Albuquerque / Assessor Jurídico: Adv. Afonso Proenço Branco

Curitiba / Curitiba Norte / Curitiba Sul / Paranaguá Rua Marechal Deodoro, 497 - 3° andar / 80020-909 -Curitiba - PR / Fone: (0xx41) 322-8238 / Fax: (0xx41) 322-

· Delegacia Seccional de Cascavel

Regionais da Saúde Estadual: Cascavel Rua Souza Naves, 3983 - Edif. Comercial Lince - 7º andar sala 705 - Centro - Cascavel - Paraná - Fone/Fax: (0xx45)

Presidente: Dr. Keithe de Jesus Fontes

• Delegacia Seccional de Apucarana

Regionais da Saúde Estadual: Apucarana e Ivaiporã Rua Dr. Oswaldo Cruz, 447, sala 205, Edifício Continental, Centro/ CEP 86800-720 - Apucarana - PR

Presidente: José Marcos Lavrado • Delegacia Seccional de Foz do Iguaçu Regionais da Saúde Estadual: Foz do Iguaçu / Toledo Rua Almirante Barroso, 1293 / 6º andar / Sala 604 / CEP 85.851-010 / Foz do Iguaçu - PR / Fone: (0xx45) 572-

Presidente: Dr. Nilson Jorge de Mattos Pellegrini

 Delegacia Seccional de Guarapuava

Regionais da Saúde Estadual: Guarapuava / União da Vitória Rua Barão do Rio Branco, 779 - Sala 7 / 85010-040 -Guarapuava - PR / Fone/Fax: (0xx42) 723-7699 Presidente: Dra. Vera Lúcia Dias

• Delegacia Regional de Londrina

Regionais da Saúde Estadual: Londrina / Jacarezinho / Cornélio Procópio

Av. Higienópolis, 32 - 14° andar - Sala 1403 - Condomínio Empresarial Nexton Câmara / 86020-040 - Londrina - PR / Fone: (0xx43) 321-4961 / Fax: 329-5347

Presidente: Dr. José Luiz de Oliveira Camargo

 Delegacia Regional de Maringá
Regionais da Saúde Estadual: Maringá / Paranas Rua das Azaléias, 209 - 87060-040 - Maringá - PR / Fone/ Fax: (0xx44) 224-4329

Presidente: Dr. Kemel Jorge Chammas

• Delegacia Seccional de Pato Branco Regionais da Saúde Estadual: Pato Branco / Francisco Beltrão Rua Pedro Ramires de Mello, 326 - Sala 09 / 85501-250 -Pato Branco - PR

Fone/Fax: (0xx46) 225-4352

 Delegacia Seccional de Ponta Grossa
Regionais da Saúde Estadual: Ponta Grossa / Irati / Telémaco
Borba / Rua XV de Novembro, 512 - 7º andar - Sala 73 - CEP
84010-020 - Ponta Grossa - PR / Fone/Fax: (0xx42) 224-5292 Presidente: Dr. Achilles Buss Junio

• Delegacia Seccional de Umuarama

Regionais da Saúde Estadual: Umuarama / Cianorte Praça Bíblia, 5302, sala 302 / Zona 1 / 87501-670 / Edifício Cemed - Fone/Fax: (0xx44) 622-1160 / Umuarama

Presidente: Dr. Luiz Antonio de Mello Costa

Fone: (0xx44) 622-3820 / 622-6499
• Delegacia Seccional de Campo Mourão

Regional da Saúde Estadual: Campo Mourão Caixa Postal nº 419 / CEP 87302-970 / Fone: (0xx44) 822-1048 / Campo Mourão / PR **Presidente:** Dr. Antônio Sérgio de Azevedo Rebeis

Publicidade: Versátil Propaganda & Marketing / Fone: (0xx41)

Jornalista Responsável: Hernani Vieira - MTb 993/06/ 98V-PR) / Assistente editorial: Beatriz Lins / Fotos: Luciane Motta / Projeto Gráfico e Editoração: Jump! Comunicação - Fone/Fax: (0xx41) 362-0120 / Fotolito: Opta / Impressã Optagraf / Tiragem: 14.000 exemplares

Cons. Luiz Sallim Emed,



g e n é t i c a

Avanços biotecnológicos criam discussão sobre limites éticos

esde a clonagem da ovelha Dolly, em 1997, iniciou-se um grande debate mundial sobre a real perspectiva da clonagem humana. Os avanços da genética, sobretudo na área de terapia de genes trazem à tona questões que transcendem todas as normas éticas disponíveis atualmente. Há a possibilidade, por exemplo, de se utilizar a medicina regenerativa para a recuperação de órgãos afetados através de células-tronco devidamente diferenciadas, empregando-se células germinativas.

A grande questão ética que deve ser pensada por todos é: até que ponto os benefícios da medicina regenerativa justificam o uso de células germinativas e o possível sacrifício de embriões? Os avanços biotecnológicos têm pouco a pouco ultrapassado os limites de nossa legislação e de nossas normas éticas. Assim, é fundamental que haja uma mobilização no sentido de se fomentar uma discussão a respeito das implicações desses avanços em nosso dia-a-dia.

De acordo com o coordenador da Comissão Técnica de Biossegurança (CTNBio), Dr. Mário Toscano de Brito Filho, "esta é uma questão que deve ser estudada por toda a sociedade brasileira e em especial pela classe médica". No Brasil, a CTNBio é o órgão encarregado de propor a Política Nacional de Biossegurança e estabelecer as normas e mecanismos determinados na Lei e de propor o Código de Ética de Manipulações Genéticas, conforme dispõe o Decreto 1.752, de 20 de dezembro de 1995 (que regulamenta a Lei de Biossegurança).

Informações

"A maior dificuldade neste campo decorre da discussão ainda ser muito recente. A própria lei de biossegurança é de 1995, mesma data da fundação da Sociedade Brasileira de Bioética", relata o Prof Mário Toscano, que em maio esteve em Curitiba participando do VIII Conclave da Federação das Academias Brasileiras de Medicina, realizado no Hotel Bourbon.

"O primeiro trabalho da comissão é levar a informação para que os médicos possam se inteirar das questões que estão surgindo no mundo e no Brasil e possam discuti-las", explica o coordenador da CTNBio. No Brasil, a Lei 8974 (de 5 de janeiro de 1995), conhecida como Lei de Biossegurança, regula o artigo 225 da Constituição Federal que responsabiliza o Poder Público pela preservação da "diversidade e integridade do patrimônio genético do País" e pela fiscalização "das atividades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético", estabelecendo normas para o uso das técnicas de engenharia genética e liberação no meio ambiente de organismos geneticamente modificados.

O Brasil está entre os países que têm legislação própria em biossegurança e está em perfeita harmonia com os princípios que norteiam a bioética, como beneficência e em sintonia, entre outras, com a resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, a qual trata das normas de pesquisa em seres humanos.

"Estou certo de que a elaboração deste Código de Ética de Manipulações Genéticas será uma contribuição importante que o Brasil dará ao mundo e para isso é fundamental a participação de cada segmento da cultura brasileira, a exemplo dos Conselhos Regionais de Medicina, da Associação Médica Brasileira e das Academias de Medicina, para que possamos construir juntos diretrizes éticas para a utilização dos avanços da ciência que sejam condizentes com a nossa cultura e com os ideais do nosso povo", completa Toscano.



Perfil

Mário Toscano de Brito Filho é médico cardiologista e coordenador da CTNBio. Possui mestrado em Engenharia Biomédica e é fundador da disciplina de bioética oferecida para a pós graduação em engenharia biomédica da Universidade da Paraíba, além de ser professor de bioética da UFPB.



concurso

Manipulação genética em seres humanos, tema de monografia

s implicações éticas da manipulação genética em seres humanos é o tema da edição 2000 do Prêmio Monografia de Ética Médica do Conselho Regional de Medicina do Paraná. Podem participar profissionais liberais e estudantes universitários brasileiros, independente do curso de graduação.

As inscrições estarão abertas até 18h de 7 de agosto. As monografias escolhida em primeiro e segundo lugares serão publicadas. Na revista Arquivos, do CRM, e seu autores ainda receberão certificado e premiação em dinheiro (R\$ 2 e 1 mil).

A comissão julgadora será formada por três profissionais indicados pela Academia Paranaense de Medicina, com a premiação ocorrendo durante os festejos do Dia do Médico, no mês de outubro. Esta é a 14.ª versão do concurso, que no ano passado teve como vencedora a acadêmica de Direito e de Medicina Deíla Barbosa Maia, de São Luís (MA). O tema de 99 foi "Aborto: direito da mulher?". Só universitários concorreram. Este ano, a participação voltou a ser ampliada.

Os trabalhos, que podem con-

ter material ilustrativo, devem ter um mínimo de 20 e um máximo de 30 laudas. As monografias devem ser datilografadas em espaço duplo de um único lado de folha tamanho ofício, ou digitado na fonte Arial 12. Enviar três vias do trabalho contendo título e pseudônimo do autor, em envelope com a inscrição "Prêmio Monografia de Ética Médica". Deve ser anexado ao trabalho envelope não transparente contendo: no exterior, título e pseudônimo do autor; no interior, nome completo, endereço, telefone e qualificação profissional/acadêmica do autor.

Atenção

As monografias devem ser encaminhadas à sede administrativa do Conselho de Medicina. em Curitiba, à Rua Marechal Deodoro, 497, 3.° andar, CEP 80020-909. Informações podem ser obtidas junto à secretaria do CRM, através do telefone (0xx41) 322-8295 ou por e-mail (secdir@crmpr.org.br). O tema do concurso é dos mais atuais e deve suscitar importantes considerações. A escolha do assunto foi decidida na reunião plenária de 22 de maio.

notas

Triste ranking

O sistema de saúde brasileiro é um dos piores do mundo, como acaba de indicar a OMS. Entre os 191 países pesquisados, o Brasil aparece em 125.º lugar, muito atrás de Colômbia (22.º), Chile (33.°) e até Jamaica (53.°). Os Estados Unidos, um dos países mais ricos do mundo e que aplica 13,7% de seu PIB em saúde, figuram apenas em 37.º lugar. A concepção da Organização Mundial é de que um bom sistema de saúde é o que garante tanto a disponibilidade de serviços quanto a possibilidade de acesso a eles pela maioria da população. E que os doentes sejam tratados com dignidade. Uma lição a ser aprendida, principalmente por nossos governantes, que 12 anos após universalizar o direito a saúde não criou as fontes de custeio. A emenda constitucional que prevê dotações orçamentárias nas três escalas de governo continua sob resistência do presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães.

Nobel da Paz

Em meio ao triste anúncio da posição do Brasil no ranking da OMS, mostrando que há muito a se fazer, a boa notícia fica por conta da indicação da médica sanitarista Zélia Arns para concorrer ao Prêmio Nobel da Paz. Ela é coordenadora nacional da Pastoral da Criança, entidade que desde 82 vem lutando pela redução da mortalidade infantil.

Obras no HC

O diretor geral do Hospital de Clínicas da UFPR, Luiz Carlos Sobânia, anunciou no dia 2 de junho que o complexo passará pela maior reforma de sua história, com as obras começando até o final do segundo semestre. São ao todo nove projetos, com orçamento de R\$ 9 milhões, cuja liberação depende apenas de análise para identificar se as obras estarão em acordo com as normas da Vigilância Sanitária.

Simepar ganha sede

O Sindicato dos Médicos do Paraná inaugurou no dia 2 de junho a sua sede própria, localizada à Rua Cel. Joaquim Sarmento, 177, Bom Retiro. A solenidade foi prestigiada por mais de 100 pessoas, entre profissionais e autoridades. Mário Antônio Ferrari, que está na terceira gestão, diz que este projeto era antiga aspiração dos dirigentes da entidade, que foi fundada em 1974, mas tem sua origem ainda na década de 30. A grande meta agora, conforme Ferrari, é conquistar um piso salarial digno à classe.

Acreditação

A Policlínica de Cascavel recebeu no dia 8 de junho o seu certificado de Acreditação Hospitalar. Este é o sexto estabelecimento de saúde paranaense a ser acreditado pelo Ipass e o primeiro fora da capital. O Instituto Paranaense de Acreditação em Serviços de Saúde tem atualmente 52 outras unidades sob processo de avaliação, sendo que nos próximos dias também confere o certificado ao Hospital Infantil Pequeno Príncipe, de Curitiba. O Ipass é representado por 11 instituições, incluindo o CRM.







gestão

Raggio confiante no fim do impasse com contas do SUS

secretário Estadual de Saúde, médico Armando Raggio, diz aguardar com tranquilidade e confiança a suspensão definitiva da liminar do Tribunal Regional Federal (TRF), que havia determinado o seu afastamento da gestão dos recursos do Sistema Único de Saúde no Paraná. Raggio foi reconduzido à função em 31 de maio, após o juiz federal Edgard Lippmann Iúnior rever sua decisão anterior e conceder prazo de 30 dias para que seja dada consistência às alegações contidas no agravo regimental.

Há cinco anos e três meses na Pasta de Saúde, Raggio expressa que sempre forneceu todas as informações relativas as atividades do SUS, "o que se repetiu quando fomos questionados pelos Ministério Público". O secretário insiste que seu trabalho sempre foi transparente e que, de modo algum, irá deixar que alguma situação mal interpretada comprometa toda a sua vida profissional e o esforço empreendido para posicionar o Paraná em destaque na condução de políticas de saúde.

Armando Raggio está convencido de que houve "um conflito de interpretações" e não uma ação deliberada com o propósito de macular sua idoneidade, embora não descarte possíveis interpelações judiciais se essa foi a intenção. O secretário prefere entender que houve um conjunto de informações insuficientes nesse processo, mas que tudo avança para exibir com clareza os pontos não acordados entre as planilhas apresentadas pelo Estado e pelo Mi-



Secretário Armando Raggio.

nistério Público Federal. Declarando-se confiante na Justiça, disse que estão sendo encaminhados ao TRF expedientes para o pleno esclarecimento da questão.

"A origem de tudo isso está nas mudanças institucionais, no conflito entre a velha e a nova ordem. A velha era amparada por um sistema altamente centralizado de compra de bens e serviços para prover a assistência à população, além de financiado num campo específico da Previdência Social. A nova ordem, baseada numa política democrática, foi construída a partir da Constituição de 88 e a Lei Orgânica da Saúde, em 90, que vêm estabelecendo decisões colegiadas e com a co-responsabilidade das instâncias do governo."

O período de 14 dias de afastamento não gerou maiores problemas na gestão do sistema, quer com relação à continuidade dos programas ou fluxo de verbas, como garantiu o secretário. "A decisão do magistrado, ao rever sua posição, contempla nossa expectativa da recuperação da plenitude da condição de gestor do SUS, indispensável para o bom andamento da política de saúde", completou.

Protocolos, para definir critérios

Avançar nos protocolos. Esta é a sugestão do secretário Armando Raggio como altemativa para buscar harmonia nos procedimentos que, levados à esfera judicial, visam assegurar atos cirúrgicos, tratamentos ou fornecimento de remédios que ainda são restritivos face à limitação orçamentária. Para ele, embora sob a ótica do Direito todos possam pleitear a responsabilidade do Estado, é preciso ter noção de nossa realidade.

O secretário entende que nossas culturas jurídica e sanitária ainda estão desassociadas e que o intercâmbio poderá ser o instrumento a construir uma nova consciência, tal qual o processo consolidado por outros países ao longo dos anos. Avalia que, quanto mais polarizar, menos transparente ficará a questão. "Todos têm razão, mas podemos perder os argumentos", diz, sem deixar de apontar que o caminho é compatibilizar aspectos como práticas, técnicas e produtividade, envolvendo as sociedades de especialidades para que tenham protocolos oficiais.

Raggio avalia o momento atual como adequado para encontro de diálogos e busca de um denominador, com envolvimento de todos os setores interessados. Ele ressalta o exemplo do protocolo que padroniza os procedimentos na área de ginecologia e obstetrícia, fruto de meses de trabalho e que envolveu cinco universidades. O protocolo faz parte do programa "Protegendo a vida", da Secretaria de Saúde. O feito inusitado, que aproxima o meio acadêmico e sociedade científica, pode servir de propulsor à contenção da cultura de consumo do parto cirúrgico.

Solidariedade

O episódio envolvendo o secretário de Saúde acabou servindo para demonstrar a sua credibilidade junto às demais esferas de gestão do sistema, aos usuários e aos prestadores de serviços. No dia 23 de maio, em meio ao período de afastamento de Raggio, mais de 100 pessoas participaram de um ato de solidariedade em Curitiba, incluindo o ex-secretário Jackson Baduy e o presidente do Conselho dos Secretários Municipais de Saúde, Geraldo Biezek.

A confiança no trabalho desenvolvido por Armando Raggio foi traduzido pelas inúmeras correspondências e pelo abaixo-assinado que reuniu as assinaturas da quase a totalidade dos secretários de Saúde dos 399 municípios paranaenses. Manifestaram solidariedade ao secretário o ministro José Serra, o Conass, Conassems e entidades representativas da área de saúde, dentre as quais o Conselho Regional de Medicina do Paraná, Associação Médica e Federação dos Hospitais. Em sua reunião de 31 de maio, o Conselho Estadual de Saúde aprovou moção de apoio a Raggio, "como gestor do sistema e em defesa do SUS, garantindo autonomia de gestão do SUS/Paraná, em sua esfera de competência."



convênios

Entidades médicas acusam CADE de favorecer operadoras

m comunicado feito no início de junho, o Conselho Federal de Medicina e a Associação Médica Brasileira acusaram o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), do Ministério da Justiça, de favorecer as operadoras de planos de saúde. A reação prendeu-se à postura do CADE, que no mês anterior puniu entidades médicas paulistas sob acusação de que tentavam impor a tabela de honorários da AMB às empresas de saúde. Na interpretação dos conselheiros do órgão, às vésperas da troca de sua cúpula diretiva, o uso da LPM caracteriza abuso do poder econômico.

A decisão ocorre no momento em que a AMB e o CFM, mostrando o fortalecimento da classe, tinham anunciado a disposição de elaborar, em conjunto, a nova Lista de Procedimentos Médicos. "Essas circunstâncias nos dão a certeza de que se trata de uma decisão meramente política e que visa beneficiar apenas os convênios médicos, pois nossa classe jamais impôs a LPM a qualquer empresa, já que se trata de uma lista referencial", expressa trecho do

Enderecos

comunicado assinado pelos presidentes das duas entidades médicas.

Contradição

Eleuses Vieira de Paiva, presidente da AMB, reforça que se trata de uma punição absurda, pois a lista é um referencial para negociação e nunca foi adotada em massa pelos médicos. "Curiosamente, enquanto não podemos nem sequer apresentar valores para negociação, os planos de saúde mantêm tabelas de preços que são impostas aos médicos e aos pacientes", diz Eleuses.

Na concepção dos representantes das entidades médicas, daqui para frente a situação tende a piorar tanto para os pacientes como para os médicos e demais prestadores de serviços. Ressalte-se que, no início do ano, o CADE já havia adotado decisão semelhante com relação à tabela de referência de valores criada pela Federação dos Hospitais do Paraná, entidade representativa de mais de 2,2 mil empresas. Tal qual a LPM, a tabela da Fehospar teve o propósito de estreitar as negociações com as operadoras. O Sinamge, porém, recorreu ao CADE para frustrar sua utilização.

Médicos preteridos

Na análise dos presidentes das AMB e CFM, a discussão sobre a regulamentação dos planos de saúde, no ano passado, cuidou das relações entre clientes e empresas, mas deixou de lado a questão dos médicos. Agora, argumentam, as empresas tentam aumentar sua margem de lucro, tanto que pleiteiam um reajuste de 8 a 15%. A inflação dos últimos 12 meses foi de 5,44%. De junho de 94 até agora, as operadoras reajustaram suas tabelas em 162%, contra 77% de inflação.

Levantamento recente mostra que os planos pagam em média R\$ 20 por uma consulta médica. Mércio Felski, relator do processo e presidente do CADE, disse através de sua assessoria que o processo administrativo contra AMB e CFM foi julgado nos termos da lei de defesa da concorrência. Arlindo de Almeida, presidente da Abramge, argumentou que as críticas dos médicos são improcedentes e que, frequentemente, os profissionais gastam pouco tempo com o paciente e exageram nos pedidos de exames, o que eleva desnecessariamente os custos.

Evitando o imposto

A pressão que planos de saúde exercem sobre os médicos tem mais uma agravante na questão do pagamento do INSS. Para não pagar o imposto dos autônomos, as operadoras estão obrigando-os a se tornarem pessoas jurídicas e ameaçam descontar 20% do valor das consultas ou demiti-los. O Cremesp recebeu uma sucessão de queixas e já obteve resposta da Abramge de que as empresas estão sendo obrigadas a reorganizar seus custos. O problema surgiu depois que passou a ser obrigatório o recolhimento de 15% sobre a remuneração dos médicos autônomos, por causa da mudança da Previdência Social e da nova lei do setor.

"As operadoras de saúde estão obrigando os médicos a constituírem regras para recebimento de honorários. A iniciativa visa a redução de custos. Porém, o ônus acaba sendo repassado ao profissional. O Conselho não apóia essa medida, mas inexiste instrumento jurídico para impedi-la. Não é ilegal, mas, no mínimo é uma situação deselegante e que pune ainda mais o médico. Mais uma vez o médico, sem uma melhor alternativa, se vê obrigado a aceitar essa situação constrangedora". A posição é do presidente do CRM-PR, Luiz Sallim

CENTRO DE RADIOIMUNOENSAIO E MEDICINA NUCLEAR DO PARANÁ LTDA.

Unidade Hospitalar: Rosa Saporski, 229 • Hosp. Nossa Sra. das Graças. 335-8181

Unidade Nuclecor: Augusto Stelfeld, 1727......233-0484 / 223-6668

Unidade Nucledensito: Prudente de Moraes, 644......222-8999 / 223-6447

- · Cintilografias (Spect)
- · Cardiologia Nuclear · Densitometria Óssea
- Análises Clínicas Hormônios

Corpo Clínico:

- Dr. Airton Seiji Yamada cr Dra Cristina Carvalho • CRM 17427 Dr. Dalton B. Precoma • CRM 7912
- Dr. Luiz Carlos Woellner CRM 2801 Dr. Mitchell B. Lewis • CRM 16612
- Dr. Alexandre Alessi CRM 12439 Dr^a. Cristiane Alessi CRM 13055 Dr. Gilberto Rocha • CRM 6238 Dr. Marcelo F. Martin • CRM 17469 Dra. Shirley Y. Hayashi • CRM 10424

- Curitiba - PR
 - http://www.palm.com.br/cermen
- E-mail: cermen@cwb.palm.com.br

Telefones (41)



convênios

Entidades alertam que a "liberdade está ameaçada"

"O MOMENTO EXIGE UMA PROFUNDA REFLEXÃO DE TODOS OS MÉDICOS EM RELAÇÃO AO FUTURO DA CLASSE"

denúncia de centralização teve origem há seis anos pelo Comitê de Entidades Fechadas de Assistência à Saúde (Ciefas), que tentou retirar, porém, o CADE decidiu pela condução, que resultou em punição ao Cremesp, Associação Paulista de Medicina, Sindicatos dos Médicos, Associação dos Médicos de Santos, Sociedade Brasileira de Patologia, Colégio Brasileiro de Radiologia e Sindicatos dos Médicos de Santos, São Vicente, Guarujá, Cubatão e Praia Grande.

No comunicado levado aos meios de comunicação, CFM e AMP expressam que "a decisão do CADE transpõe o exdrúxulo, extrapola o estigma da insensibilidade, ultrapassa e excede o limite constitucional". Condenou as entidades como infratoras à ordem econômica do país e sentencia que

deixem de interferir nas negociações entre profissionais médicos e empresas, bem como intermediar, promover ou participar dessas negociações quando tenham por finalidade estabelecer honorários ou adoção de valores constantes da LPM. Impede de negociar junto aos planos de saúde ou recomendar aos médicos a adoção de quaisquer listas de procedimentos, inclusive as elaboradas pela AMB.

E vai além: proíbe de recomendar ou fazer ameaças em nome da categoria com a paralisação de prestação de serviços e, ainda, obriga que retirem dos estatutos sociais (e, quem sabe, inutilize o Código de Ética Médica) qualquer dispositivo que garanta às entidades liberdade para assumir compromissos em nome dos médicos. Determina que se abstenham de fixar coletivamente valores de honorários

Rochelle

médicos a serem cobrados dos estabelecimentos prestadores de serviços e que demonstrem ao CADE, no prazo de 30 dias, o cumprimento das alterações estatutárias..."

"Essa decisão truculenta, autoritária e abusiva, que atinge todos os médicos brasileiros e não apenas os do Estado de São Paulo, demonstra que, em nome do poder econômico, o CADE ultrapassou os seus limites e marginalizou a nossa Constituição, ignorando o direito que estabelece não só aos médicos, mas a qualquer cidadão, de exercer livremente o seu trabalho pelos valores que desejar e, também, de se organizar em associações e sindicatos em defesa de seus interesses coletivos. A AMB e o CFM e todas as entidades envolvidas estão tomando as providências jurídicas necessárias para reparar essa intempestiva e estapafúrdia condenação", diz um trecho do comunicado, que titulado de "Liberdade ameaçada".

Mais adiante, prossegue: "O momento, porém, exige muito mais: uma profunda reflexão de todos os médicos em relação ao futuro da classe. Se aceitarmos passivamente essa decisão do CADE, com certeza não haverá mais necessidade e nem função para as entidades que envolvam as áreas conselhal, sindical, associativa e de especialidades. Se nada fizermos contra essa condenação, também esta-

remos aceitando que o poderio econômico das empresas e planos de saúde passem a ditar a ética e as normas da prática médica. Nossa autonomia está em jogo. Por isso, a ocasião exige a união e a participação de toda a classe médica."

"Nesse esforço conjunto, é muito importante a sua participação, contatando seus representantes parlamentares na busca de fortalecer o trabalho político que as entidades médicas estão realizando para reverter essa afronta à nossa dignidade profissional. Necessitamos de toda ajuda e sugestão, as quais poderão ser encaminhadas à AMB ou CFM. É chegada a hora de uma importante decisão: definir como será a medicina brasileira daqui em diante. Se submissa ao poder econômico ou se voltada à ética médica, à dignidade do exercício profissional e à qualidade na relação médico-paciente, características indispensáveis ao bom e livre exercício profissional da medicina", finaliza o documento.

Denúncias na Internet

Em meio ao impasse criado pelas operadoras de saúde, a Associação Paulista de Medicina criou um serviço, na site que mantém na Internet (www.apm.org.br), com o objetivo de receber e divulgar denúncias envolvendo convênios médicos. Já há listas com nomes das empresas que têm o maior número de queixas nos serviços de proteção ao consumidor. Outra lista exibe o valor que cada empresa paga aos médicos por consulta. Também o jornal da APM trouxe ampla reportagem sobre o tema, em sua última edição. Uma campanha publicitária está sendo lançada para denunciar à população "as condições de trabalho cada vez mais aviltantes" a que as empresas de medicina de grupo estão expondo os médicos.

4 mil

é o n.º de reclamações contra os planos de saúde em 1999, no Procon do Paraná

150

é o número de operadoras no Paraná. Há cinco anos, o número era de apenas 40.

Jeito Mais Saudável de ficar em Curitiba

ptar pelo Roochelle faz bem para a saúde. Você vai estar bem no centro da cidade, vai poder contar com serviços de qualidade, conforto e muita organização. O Roochelle também oferece uma excelente estrutura de apoio para realizar simpósios, convenções e palestras.

Curitiba, sem stress, é no Roochelle.

*Consulte-nos: tarifas promocionais para os finais de semana.

Rua Tibagi,307 FGY - Curitiba-PR Tel.(41) 322,8989 Fax: (41) 224.1018

Toll Free: 0800-411018 http://www.roochelle.com E-mail: hotel@roochelle.com

a s s i s t ê n c i a

Câmara Técnica reforça ações pa superar carências de UTI's

A falta de leitos para UTI-Neonatal não é uma questão estadual ou mesmo municipal. Trata-se de um grave problema nacional. A remuneração é muito baixa. Os pediatras que atuam nas unidades não permanecem e, sempre que têm oportunidade, vão para outras atividades da especialidade, como consultórios e clínicas. O afastamento das UTI's é por conta de um maior estresse do permanente conflito de optar pela alta do recém-nato de menor gravidade e do risco da responsabilidade civil e ética. Curitiba é o local que recebe recém-natos de toda região metropolitana – e até mesmo de outros centros – e sua capacidade instalada é insuficiente para atender toda a demanda. A taxa de ocupação é 100%. Exemplifique-se o Hospital de Clínicas, da UFPR, onde 51% das vagas são de Curitiba, 39% da rede municipal, 8,5 do Estado e mais 1,5% de fora dele. A considerações foram manifestadas pelo presidente do CRM-PR, Luiz Sallim Emed, na abertura dos trabalhos da reunião na sede da entidade, em 9 de maio último.

presidente do Conselho Regional de Medicina do Paraná explica que ao se decidir fazer investimentos nos hospitais que já dispõem de UTI neonatal, expandindo o serviço, é mais econômico e prático do que iniciar empreendi-

Sallim Emed coordenou a reunião no CRM.

mentos, os quais teriam dificuldades em conseguir profissionais capacitados para lidar com os recém-natos prematuros. "A estrutura já existe e com gente habilitada para atender", re-

A possibilidade de haver planejamento mais aprofundado, com redistribuição entre os hospitais que não fazem parte da rede conveniada ao SUS, é outra alternativa em discussão. O grande entrave continua sendo a inviabilidade financeira, já que são pacientes de longa permanência e alto custo, onde o ônus é muito superior ao previsto pela remuneração do sistema.

Luiz Sallim Emed entende que, enquanto o Ministério da Saúde não acolher o pleito por um valor mais compatível, é necessário encontrar uma alternativa que priorize o paciente recém-nato. "A fórmula encontrada no Rio de Janeiro, independente dos prós e contras que gerou pela remuneração diferenciada a quem não é do sistema e, ainda, o impacto no teto financeiro do município e do Estado, demonstra que a sociedade começa a cobrar soluções efetivas e que, isso, tende a aumentar a pressão visando mais recursos à saúde", analisa o conselheiropresidente.

Sociedade

O presidente do CRM ressalta que o papel da entidade é em defesa da sociedade e, dessa forma, entende que a solução oferecida no Rio tem fortes princípios éticos. Diz, contudo, que é preciso cautela na análise de cada situação: "As secretarias municipais estão obrigadas a obedecer decisão judicial. Porém, há restrição financeiras que impedem de se atender a todas. É exigência do Ministério da Saúde não usar dinheiro específico de um programa para outro."

Ainda de acordo com Sallim Emed, é "um drama diário" a administração dos orçamentos da saúde, considerando que, para as municipalidades, os recursos são insuficientes para todas as necessidades. Em sua interpretação, o esforço se justifica na recuperação de um recém-nato, por se tratar de um quadro clínico transitório, pois, passada essa fase crítica, o paciente terá a qualidade de vida de qualquer outra criança saudável.

O dirigente defende a posição de que devam ser melhor observados os critérios na concessão do direito na Justiça. Sua referência discordante é para casos do uso de terapêutica com resultados duvidosos ou baseada em trabalhos científicos sem evidências clínicas comprovadas. Ou, ainda, a indicação de procedimentos em portadores de doenças irreversíveis, "quase chegando ao que muitos denominam de tratamento fútil". Sallim Emed sugere, para essas situações clínicas, um parecer de câmara técnica antes da decisão judicial. "De modo que os familiares não terão falsas expectativas e que, o ônus financeiro decorrente, não venha representar comprometimento da estrutura assistencial e, com ela, de muitas outras vidas."



Representantes de hospitais participaram da primeira reunião.

Prof. Dr. Lineu Cesar Werneck

Fisiot. Edda de Castilho

ANGIOGRAFIA DIGITAL /HEMODINÂMICA Embolizações Colocação de Stents Angioplastias

Rotablator

Aterectomia Direcionada

Densitometria Óssea Radiologia Geral

RESSONÂNCIA

MAGNÉTICA

Tomografia Computadorizada **Ecografia** Dentascan



Responsável Técnico Dr. Paulo Franco de Oliveira

CENTRO DE RECUPERAÇÃO NEUROLÓGICA REABILITAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE SEQUELAS NEUROLÓGICAS

Bebes, Crianças e Adultos

FISIOTERAPIA FONOAUDIOLOGIA TERAPIA OCUPACIONAL ORIENTAÇÃO DE TRATAMENTO

Rua Simão Bolivar, 1232 • CEP 80040-140 • Curitiba/PR • Fone (41) 363-1390 Fax (041) 362-4838

neonatal a

As principais decisões

Após o encontro, foram dados os sequintes encaminhamentos:

- Recadastramento das UTI's pediátricas e neonatal (quais as cadastradas pelo SUS e os não cadastradas).
- ► Fazer levantamento de quantas contas hospitalares deixaram de ser enviadas para cobrança em decorrência da limitação do teto e do número de diárias.
- Contato com diretores de hospitais para saber do interesse e disposição em cobrar dos gestores esse excesso de AIH's.
- Criação da Câmara Técnica em UTI Pediátrica.
- Buscar a quantificação da superlotação.
- Consenso em investir naqueles hospitais que já dispõem de UTI neonatal.
- Contato com o Ministério Público para informar a situação.
- Contato com o MP do Rio para conhecer o Termo de Ajustamento de Conduta.
- Promover a capacitação de profissionais.
- Identificar no Estado as cidades que dispõem de UTI ou aquelas que têm a obrigação de constituir.
- Obrigação de UTI em maternidades que atendem alto risco.
- Discutir regionalização, remuneração e recadastramento.
- ▶ Pagamento de alto risco pela Câmara de Compensação (Faec).
- Otimizar a implantação da UTI no Hospital do Trabalhador (Curitiba).

Participantes da reunião

- Dr. Luiz Sallim Emed, CRM
- Dr. Gerson Zafalon Martins, CFM
- Dra. Eliana Kuchpil Branco, Hospital Nossa Senhora das Graças
- Dr. Mário G. Branco, Nossa Senhora das Graças
- Dra. Sandra Lange Melek, Hospital Angelina Caron (Campina Grande do Sul)
- Dr. Antônio Carlos Bagatin, Hospital de Clínicas da UFPR
- Dr. Mitsuru Miayaki, Hospital de Clínicas
- Dr. Rubens Kliemann, Maternidade Curitiba
- Dr. Luvercy Rodrigues Filho, Hospital Nossa Senhora do Rosário
- Dr. Donizetti Dimer Giamberardino Filho, presidente da Soc. de Pediatria
- Dr. Wilmar M. Guimarães, Hospital Pequeno Príncipe
- Dr^a. Evanguelia Athanásio Shetz, Hospital Evangélico de Curitiba

Lei que resolveu questão no Rio teve origem no Ministério Público

lém de importantes propostas e deliberações no âmbito local, voltadas a minimizar a falta de vagas em UTI neonatal, o Conselho Regional de Medicina do Paraná já está aprofundando estudos para determinar se a experiência implementadas no Rio de Janeiro, com o Termo de Ajustamento de Conduta, poderia não só dar solução definitiva para o grave problema como, também, abrir precedente para que tantos outros relacionados ao Sistema Único de Saúde sejam melhor encaminhados.

No Rio, hoje, já há uma lei sancionada pelo governador Anthony Garotinho determinando que, na ausência de vagas dentro do sistema, recém-natos sejam transferidos para UTI's privadas, com o ressarcimento sendo feito pelos valores de referência contidos na tabela da AMP. Do pagamento, 50% são custeados pelo Estado e igual percentual pelo município de origem do paciente.

Para conhecer um pouco mais do projeto e de sua origem, o Conselho convidou a promotora pública fluminense Maria Amélia Barreto Peixoto para participar de uma mesa-redonda na sede do Conselho, em Curitiba, às 20 horas de 27 de junho. A representante do MP foi a precursora do movimento que constituiu grupo de trabalho para avaliar a então difícil situação na cidade do Rio de Janeiro, quanto ao restrito número de vagas de UTI neonatal.

A superlotação dos hospitais com UTI neonatal e com os muitos partos sendo realizados em unidades não equipadas, acabaram impondo uma sucessão de mortes de recém-nascidos, num problema de demanda de leitos gerado pelos municípios do Grande Rio e Baixada Fluminense.

Diante da situação, reconhecida como insustentável, o Ministério Público acabou encaminhando a decisão de o SUS ser obrigado a pagar pelo atendimento, quando necessário, mesmo em unidades intensivistas privadas. O envolvimento dos diversos segmentos da sociedade, inclusive médicos, ampliou a discussão sobre o tema e o governador Garotinho, sensível à questão, apressou o sancionamento da lei, reconhecendo o Termo de Ajustamento. Desde a vigência da lei, até o final de maio, nada menos do que 293 recém-natos já tinham sido transferidos para UTI's privadas.

Na reunião realizada no dia 9 de maio, na sede do Conselho, os participantes definiram a formação da Câmara Técnica em UTI Pediátrica, que já vem desenvolvendo o seu trabalho no sentido de fazer decrescer de imediato o problema da falta de leitos, tanto na capital como nas demais cidades paranaenses.

Luiz Sallim Emed, presidente do CRM, diz que as secretarias de Saúde de Curitiba e Estadual já foram contatadas, assim como o Ministério Público, através da Promotoria da Vara da Infância e da Saúde. O objetivo é fazer com que as instituições estejam representadas na mesa-redonda em que estará sendo demonstrada a solução encontrada no Rio. Emed entende ser possível aplicála no Paraná, com adequações à nossa realidade.



Dr. Alexandre Manoel Varela Pontifícia Universidade Católica do Paraná Hospital Universitário Cajurú Hemodinâmica Diagnóstica · Cateterismo Cardíaco · Cineangio-coronariografia Ultra-sonografia Intra-coronariana HEMODINAMICA Hemodinâmica Intervencionista · Angioplastia Coronariana Av. São José, 300 - Curitiba/PR · Aterectomia Rotacional Tel.: (41) 263-2207/360-3000 R. 2778 Implante de Endoprótese Fax (41) 264-8357 Coronariana (STENT) E-mail: varela@sul.com.br



história

Laboratório fundado por médica pioneira completa 55 anos

osicionado como um dos sete principais laboratórios do país, pela credibilidade e avanço tecnológico alcançados, o Frischmann-Aisengart completou 55 anos de fundação no dia 29 de maio. Uma data com dupla comemoração, pelo aniversário de sua fundadora, a Dra. Fani Frischmann-Aisengart, uma das primeiras médicas paranaenses (CRM 136) e já homenageada pelo CRM com o Diploma de Mérito Ético Profissional. Nascida em Curitiba, a Dra. Fani formou-se em dezembro de 1945 na Universidade Federal do Paraná, um ano antes de seu marido, o Dr. Oscar Aisengart (CRM 137).

O laboratório curitibano foi inaugurado quando a Dra. Fani completou 24 anos de idade, a poucos meses de concluir a graduação na Faculdade de Medicina. A iniciativa foi conjunta com o Dr. Oscar, que faleceu em dezembro de 1991, quando marcava 45 anos de formado. Atualmente, a Dra. Fani está afastada das atividades médico-empresariais, dedicado-se a causas sociais.

Quando o laboratório iniciou suas atividades, um teste de glicemia exigia cerca de três horas de trabalho contínuo. Hoje, é possível finalizar 1,2 mil exames de glicemia por hora. Aliás, o Frischmann-Aisengart já atingiu o patamar de 2 milhões de exames realizados por ano. São 14 unidades de atendimento em Curitiba e Região

Metropolitana, envolvendo 380 funcionários.

O estabelecimento é um dos poucos do país a ser certificado pelas normas ISSO 9002, o que foi conquistado em 1998. A abrangência dos certificados vai desde o atendimento inicial ao cliente até a liberação dos resultados dos exames. Sistematicamente participa de rigorosos programas de controle de qualidade laboratorial no Brasil e de instituições internacionais nos Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha e Espanha. Hoje, no Paraná, é o único que possui tecnologia de ponta para para realizar exames em várias áreas distintas: análises clínicas, patologia clínica, dosagens harmonais, biologia molecular, citogenética, toxicologia, virologia e diagnóstico por imagem.

Tecnologia

A maioria dos exames é realizada de forma totalmente automatizada, sem nenhum contato manual. O equipamento é composto por computadores e softwares de inteligência artificial especialmente desenvolvidos para o uso exclusivo do laboratório. O Frischmann-Aisengart também é o primeiro do Sul do País a adotar o sistema de código de barras para o cadastro de seus clientes e o controle de todos os processos que envolvem a realização dos exames e a emissão dos resultados. O sistema levou três anos para ser desenvolvido e exigiu US\$ 300 mil de investimento.

Vitor A. Caldonazo, diretor administrativo, diz que a qualidade dos serviços e do atendimento, como a realização de exames precisos e seguros que auxiliam no diagnóstico das mais variadas patologias, sempre esteve entre as prioridades da empresa. O laboratório também foi um dos primeiros a aderir ao

primeiro Sistema de Controle de Qualidade implantado pela Sociedade Brasileira de Patologia Clínica, em 1978. "A manutenção e aprimoramento constante da qualidade garante um atendimento melhor e mais adequado às necessidades dos clientes e da classe médica", finaliza.

Parceria e teste de DNA

Desde setembro de 1998, o Laboratório Frischmann-Aisengart e a Secretaria de Segurança Pública do Paraná / Instituto de Criminalística mantêm um termo de cooperação técnica para a elucidação de crimes contra a vida, através do teste do DNA. Na área forense, o teste de DNA, que permite a determinação da individualidade biológica, é considerado a maior revolução desde o advento das impressões digitais. Entre os casos solucionados pelo convênio encontram-se casos como o de crianças desaparecidas, ossadas de corpos carbonizados, estupros seguidos de homicídios, entre outros.



Laboratório realiza 2 milhões de exames por ano.

O convênio entre as duas entidades permitiu a Polícia Civil do Paraná ser a segunda força policial do país a realizar exames de DNA a partir de amostras forenses (manchas de sangue, manchas de sêmen, fios de cabelo, ossadas, manchas de saliva). "O exame de DNA para a determinação de individualidade biológica pode ser considerado a maior revolução na área forense desde o advento das impressões digitais", enfatiza o Dr. Carlos Alonso, biólogo responsável pelo setor.

O Laboratório Frischmann-Aisengart e o Instituto de Criminalística do Paraná, junto com a Divisão de Pesquisa de DNA da Polícia Civil do Distrito Federal, são os únicos representantes do Brasil no GITAD — Grupo Ibero-Americano de Trabalho em Análises de DNA, entidade que congrega laboratórios da Espanha e América Latina entre Brasil, Colômbia, Costa Rica, Chile, Argentina, e Uruguai.



Fazemos plantão em seu consultório. Metronic. Vigilância Eletrônica 24h por dia.

A Metronic tem a mais completa linha de equipamentos de segurança eletrônica para a proteção da sua casa, consultório ou clínica. E para ficar ainda mais tranquilo, você fica sabendo tudo que está acontecendo. Todo o sistema de alarme pode ser monitorado através de um pager. Acesse o site ou ligue agora mesmo para a Metronic e evite uma grande dor-de-cabeça.



Av. Sete de Setembro, 3429. Curitiba-PR. Fone: 41 223 4900

www.metronic.com.br



padronização

Critérios para doação de sangue harmonizados pelo CRM

a noite de 16 de maio foi realizada na sede do Conselho Regional de Medicina do Paraná a primeira reunião da Câmara Técnica sobre Bancos de Sangue, tendo a coordenação do conselheiro Luiz Sallim Emed. A Câmara foi constituída com o propósito de harmonizar critérios para doação, manuseio e distribuição de sangue e hemoderivados. A portaria do Ministério da Saúde, publicada em setembro do ano passado, estabelece e define critérios para doação, exclusão, exames, etc. mas ainda assim, em algumas situações especiais, não aclara aspectos específicos e deixa margem para interpretações diferentes por parte das unidades de hemoterapia.

"Na ausência de um único critério, a sociedade fica insegura, sente-se discriminada, gera conflitos e com denúncias à mídia que poderão divulgar conceitos equivocados. Como consequência, promove uma redução significativa nas doações, expondo a sociedade a riscos", assinalou Sallim Emed na abertura dos trabalhos com os responsáveis técnicos pelas unidades de hemoterapia do Paraná e agora integrantes da Câmara.

O presidente do Coselho expressa os objetivos a serem alcançados: esclarecer a sociedade sobre a qualidade do sangue no Paraná; a câmara técnica deve ser o órgão consultivo do CRM-PR para os assuntos relacionados à hemoterapia; estabelecer e enviar propostas ao Ministério da Saúde para aprimorar os quesitos da Portaria; oferecer sugestões à Vigilância Sanitária nos pontos polêmicos da Portaria; oferecer também apoio técnico e, em parceria com a Secretaria Estadual de Saúde, divulgar assuntos pertinentes, destacando-se que a doação de sangue é segura; e estabelecer consenso para o Paraná nas transfusões sangüíneas, nas exclusões e no tempo de impossibilidade

de doação.

Os componentes da câmara técnica apontaram uma série de pontos polêmicos, a começar pela questão do homossexual masculino como doador. Apesar da legislação americana e F.D.a excluírem, a Portaria Ministerial não considera critério de exclusão. Com

relação a indivíduos com comportamento de risco, deve se utilizar o tempo de 12 meses para viabilizar a doação sangüínea. O tempo de seis meses é o período de janela imunológica para todas as doenças passíveis de transmissão pelo sangue. Com os testes mais apropriados, é possível considerar o período de janela imunológica de três meses para o HIV.

Participaram da primeira reunião e a partir de agora estarão à disposição do CRM, para os pareceres técnicos, os Dr.s Ayrton Alfredo Russo, do banco de sangue da Irmandada Santa Casa de Curitiba; Benedito Valdecir de Oliveira, do Erasto Gaertner; Denise Akemi Mahima, do Hemocentro do Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná; Giorgio Roberto Baldanzi, do Hospital de Clínica da UFPR e também dos Universitários Cajuru e Evangélico; Paulo André Palhares de Miranda, do Hemepar de Curitiba; e Clemente Tagliari, que representou o diretor do Instituto de Hematologia de Londrina. Ricardo Pasquini, do Nossa Senhora das Graças, justificou ausência.

Os Drs. Giorgio Baldanza e Paulo Miranda ficaram incumbidos de elaborar material de divulgação mais complexo, a ser direcionado tanto aos médicos como a leigos (população de modo geral). Confira no quadro ao lado, a justificativa da presidência do CRM para constituir a Câmara Téc-

Justificativa

A transfusão de sangue sempre gerou na sociedade algum tipo de insegurança. Medo de contrair doenças, que aumentou ainda mais com o aparecimento da imunodeficiência adquirida (HIV). Foi muito importante o papel do Ministério da Saúde na regulamentação do sangue. Impediu a comercialização, impôs disciplina na coleta e rigor na confecção dos exames e, ainda, determinou critérios para transfusão.

Com a regulamentação das transfusões, através das Portarias dos Ministério da Saúde e com seus critérios de exclusão, motivou também na sociedade organizada entendimento de discriminação. Os serviços de hemoterapia passaram a ser o órgão de choque e o local de conflito para eventuais doadores. No Paraná, existe um excelente controle de qualidade do sangue. É a especialidade com maior rigor nas exigências de fiscalização. Existe um cadastramento perfeito entre os doadores. Todas as unidades de hemoterapia têm conhecimento dos indivíduos excluídos definitivamente, evitando riscos de transmissão da doença pela transfusão, em que pese ser impossível garantir 100% de ausência de todos os riscos.



Integrantes da Câmara Técnica, reunidos no CRM.



Oto-Oftalmo branco c/ estojo. 99090 - Wech Allyn

Estetoscópio Classic II



Cód. 03988 - 34cm de distância focal Cód. 03990 - 45cm de distância focal





Apenas R\$ 167.00 Aparelho de Pressão 7050-14 TYCOS R\$ 142,00

profissão

Programa Saúde da Família abre nova perspectiva de trabalho

m novo campo está se abrindo para médicos interessados em trabalhar com a Saúde da Família. "É uma boa perspectiva, principalmente para quem está começando a carreira. Também a possibilidade de se envolver numa proposta de saúde inovadora, que trabalha com as necessidades da comunidade", explica a diretora da Escola de Saúde Pública do Paraná, Alexandrina Maciel.

O Programa Saúde da Família é uma proposta do Ministério da Saúde e está sendo implantado nos municípios do Paraná. De acordo com dados do Programa, universidades paranaenses como a UFPR, a UEL e a UEM já firmaram convênio com o Banco Mundial e estão oferecendo cursos de Residência Comunitária e especialização em Saúde da Família.

O médico da família deve ser generalista e sua atuação não pode estar restrita a problemas de saúde rigorosamente definidos. "Seu compromisso envolve



O programa também emgloba atividades no meio rural.

ações preventivas e sanitárias procurando uma participação comunitária". Lembra a Coordenadora Estadual do Programa de Saúde da Família, Maria Cristina Fernandes.

A participação do médico é feita tanto na Unidade de Saúde como na residência do paciente". O médico não precisa morar especificamente na região aonde atua, mas é importante que sua residência seja em alguma região próxima, para facilitar o atendimento da comunidade e o cumprimento da carga horária integral de oito horas. Para o médico, a remuneração média mensal é de 3,5 a 5 mil reais, variando de acordo com o município. O salário do enfermeiro vai de R\$ 1,5 a 2 mil e do agente o mínimo fixado por lei.

Estrutura

Cada equipe conta com, no mínimo, um médico, um enfermeiro/auxiliar de enfermagem e um agente comunitário de saúde e deve atender entre 2,4 mil a 4,5 mil pessoas. Até abril, existiam 413 equipes atuando ou prestes a atuar,, no estado do Paraná, chegando a cerca de 500 no início de junho. O objetivo da coordenação do programa é alcançar 1.688 equipes até dezembro de 2001, o que equivaleria a uma cobertura de 70% da população total do estado. Para o Brasil, a meta do Ministério da Saúde é alcançar 20.000 equipes atuando no país até a mesma data.

"A maior dificuldade para a implementação do projeto no Paraná está sendo a dificuldade em encontrar



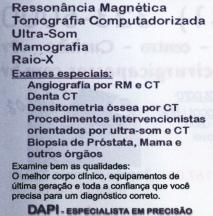
A relação médico-paciente fica mais próxima com o programa Saúde da Família.

médicos com interesse em atuar nas regiões carentes", constata Maria Cristina. "São inúmeros os municípios sem nenhuma equipe atuando ou com um número de equipes insuficiente, entre eles Jacarezinho, Cornélio Procópio, Guaratuba, Medianeira, Santa Isabel do Oeste, Região Metropolitana, Região Noroeste, entre outros", continua. Dos 399 municípios, 161 já trabalhavam, ao final de maio, com o programa e 340 já tomaram a primeira iniciativa para a implementação do mesmo contratando os agentes de saúde.

"É importante enfatizar que o programa engloba tanto os grandes centros urbanos como as zonas rurais e de pequeno porte", diz. As áreas de atuação para as quais os médicos estão sendo capacitados atualmente são: Saúde da Mulher, Criança, Idoso e Adolescente. Os médicos interessados podem entrar em contato com a Secretaria Estadual de Saúde, através da Divisão de Estratégias Municipais e Coordenação Estadual de Saúde da Família pelo telefone 333-3434 ramal 219 ou por e-mail (pacspfs@pr.gov.br).

Algumas atribuições básicas do médico da família:

- Prestar assistência integral aos indivíduos sob sua responsabilidade.
- Valorizar a relação médico-paciente e médico-família como parte de um processo terapêutico e de confiança.
- **Oportunizar** os contatos com indivíduos sadios ou doentes, visando abordar os aspectos preventivos e de educação sanitária.
- Empenhar-se em manter seus clientes saudáveis, quer venham às consultas ou não.
- Executar ações básicas de vigilância epidemológica.





Dr. Arnolfo de Carvalho Neto
Dr. Aguinaldo de Oliveira
Dr. Dante Luiz Escuissato
Dr. Énio Rogacheski
Dr. Enrique Antonio Vidal
Dr. Graciliano José França
Dr. Jean Roberto Villavicencio
Dr. Marcus Trippia

Dr. Sérgio Mazer - CRM 3047

Dr. Arildo Corrêa Teixeira

Dr. Mário César Sugisawa Dra. Neusa Regina Schmitz Dr. Silvio Atsushi Ogata

LIGA DAS SENHORAS CATÓLICAS DE CURITIBA
http://www.dapi.com.br e-mail: info@dapi.com.br
Rua Brigadeiro Franco, 122
Mercês 80430-210 Curitiba-PR



legislação

Identificação do

LETRA ILEGÍVEL É CAUSA DE

INÚMEROS TRANSTORNOS médico em seus atos



DAEBES GALATI VIEIRA(*)

Conselho Regional de Medicina do Paraná, preocupado com a identificação do médico em seus atos, vem mais uma vez, lembrar aos profissionais da necessidade de se identificar quando da confecção de folha de prescrição, de evolução e solicitação de exames complementares. Da mesma forma, reafirmar a necessidade de que tais documentos sejam elaborados de forma legível uma vez que os mesmos são destinados também, para manuseio de outros profissionais, bem como, servem para defesa do médico em situações de denúncia.

Esta preocupação está baseada nos inúmeros prontuários, cujas cópias são solicitadas para documentar Sindicâncias instauradas neste Conselho, e que a leitura dos mesmos fica impossibilitada pela letra ilegível do médico, e, em alguns casos, não se sabendo nem de que profissional se trata por não haver, também, nenhuma identificação (carimbo ou n.º do CRM).

Outra preocupação, que seguidamente o Conselho Regional de Medicina do Paraná tem manifestado, é quanto a letra ilegível no Receituário, nos Atestados e nas Declarações, havendo dificuldades do aviamento das Receitas e na compreensão do teor dos Atestados e Declarações emitidos. Um exemplo evidente desta dificuldade foi o de uma Declaração emitida por um médico a um paciente do sexo masculino em que contava o código da CID 10 = G45.9 (Isquemia cerebral transitória não especificada) e que devido a grafia, foi interpretado como código da CID 9 = 645.9 (gravidez prolongada), dando margem a dúvida quanto a autenticidade do referido documento.

Frente ao exposto solicita-se dos profissionais médicos maior atenção quando na elaboração dos documentos mencionados evitando-se situações constrangedoras no futuro.

> Cons. Daebes Galati Vieira 1.º Secretário do CRM/PR.



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO PARANÁ

EDITAL

CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL-PENA DISCIPLINAR APLICADA AO MÉDICO DARI TORTELLI- CRMPR 7240.

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO PARANÁ no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 3268/57, regulamentada pelo Decreto 44.045/58, consoante ACORDÃO nº 006/00, datado de 10 de março de 2000, contido nos autos do Processo Ético Profissional nº 003/96, vem executar a pena de "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", nos termos da letra "C", do artigo 22, da Lei 3268/57, ao médico DARI TORTELLI, por infração ao artigo 63 do Código de Ética Médica

> Curitiba, 08 de Junho de 2000. fue all cons. Luiz allim emed.

Banco de empregos

Nova Esperança

A Secretaria de Saúde de Nova Esperança do Sudoeste precisa de médico para trabalhar no Programa Médico da Família. Jornada de 8h diárias e salário a combinar. Contatar com Elói pelo telefone (0xx46) 546-1210, ou com o prefeito Norberto pelo fone 546-1156.

Reserva do Iguaçu

Preferência com especialização em clínica médica. Com de 40h semanais. Salário R\$ 6 mil mais moradia. Para o município de Reserva do Iguacu, a 340 km de Curitiba, 230 de Cascavel e a 100 de Guarapuava. Contatar Dra. Jane Oliveira pelo fone (0xx42) 651-1145 ou por e-mail (gissoni@onda.com.br).

Curitiba

Clínica Homeopata Dr. Waldemiro Pereira necessita de médico que atenda adultos e crianças e que não possua convênios e nem consultório particular. Também precisa contratar cardiologista ou clínica de cardiologia para realização de exames, no período da tarde, e que possua convênios e equipamentos próprios. Informações com Dicésar pelo fone (0xx41) 222-5906.

Vale da Ribeira

Precisa-se de médico (clínico) para município da Grande Curitiba, localizado no Vale da Ribeira. Salário a combinar. Falar com Alex no fone (0xx41) 768-1290.

Curitiba/Batel

Clínica multidisciplinar, localizada no Batel, em Curitiba, tem sala disponível para médico. Tratar pelo fone (0xx41) com Ana paula ou Rita.

Sala para médicos

Clínica de ortodondia e odontologia localizada na Avenioda Winston Churchill, 2566, 1.º andar, aluga sala para médicos. Falar com Elisângela

pelo fone (0xx41) 246-8166. Pato Branco

A Fundação Saúde de Pato Branco, através de processo licitório, está recrutando profissionais médicos para implantação de 13 equipes para o Programa Saúde da Família. Interessados devem contatar com Silvana ou Anne pelo fone (0xx46) 225-1448.

Paranaguá

O Sindicato dos Estivadores de Paranaguá e Pontal do Sul está necessitando de profissionais especializados nas áreas de ortopedia e otorrinolaringologia. Interessados contatar com Walter Maria, do Sindestiva Saúde, pelo fone (0xx41) 422-4656.

Pediatras para 2001

Julliano de Paiva Boscolo e sua noiva Joelma Ramalho são moradores em Belo Horizonte (MG) e vão concluir residência em pediatria em 31 de dezembro deste ano. Através do CRM-PR, eles estão procurando uma cidade paranaense para residir e trabalhar na especialidade a partir de janeiro do próximo ano. Ambos são R2 e mostram disposição para atuar em laboratório, clínica, hospital ou consultório, ou outra necessidade se for o caso de prefeitura ou comunidade local. Contato por e-mail (julliano.boscolo@zipmail.com.br).

Blumenau (SC)

A psicóloga Maria Aparecida Torinelli comunica que há cinco anos aluga para médicos um consultório montado em Blumenau (SC). Contato pelo fone (0xx47) 322-9791 ou por email (mag_torinelli@yahoo.com).

Macapá (AP)

A Secretaria de Saúde de Macapá está disponibilizando vagas para profissionais que integrem o PSF. São jornadas de 40h (DE) e remuneração de R\$ 3.900. Informações pelo fone (0xx96) 213-1000.

RADIOCLÍNICA Diagnóstico por imagem

- Radiologia geral
- Mamografia de affa resolução
- Ecografia mamária
- Ecografia com Doppler colorido { corpo Intelro }
- Densitometria óssea
- Punções e blopslas
- Panorâmica de coluna para
- Mamografia com estereotaxia
- Agulhamento para marcação Pré-operatória guiada por ultra-som ou mamografia
- Medicina fetal

Atendimento:

Segunda a Sexta das 7h30 as 18h00, ininterruptamente • Sábado das 8h00 às 12h00

Convênio com estacionamento

Rua Visconde de Nacar, 865 8º andar cj. 801 ED. Urupê. Fone/Fax: (41) 224-0170 CEP 80410-201 Curitiba - Parand Curitiba - Paraná

CRM 1245

Dr. Milton M. Munhoz F°. CRM 17

Para cuidar da sua saúde financeira, só mesmo uma equipe de experts/em faturamento.

terceirize o seu faturamento, só tem vantagens

 Serviços realizados por profissionais - Agilidade na entrega das contas • Controle total da situação financeira da empresa ou consultório · Redução de gastos com pessoal · Redução de gastos com material de escritório • Facilidade no contato com os convênios • Negociação de glosas



(041) 223-7238 sosdoutor@onda.com.br





2 a 4

Congresso Brasileiro de Bioética, III Congresso Brasileiro de Bioética e I Congresso de Bioética do Conesul

Promoção: Sociedade Sulgrandense de Bioética/ Sociedade Brasileira de Bioética Local: Porto Alegre (RS) Informações: (0xx51) 311-7350.

10 e 11

Seminário de Bioética Promoção: CRM-RS Local: Berlim, Alemanha Informações: (0xx11) 5562-8472

28 e 29

Curso: Emissões otoacústicas na audiologia clínica, neonatal e ocupacional

Promoção: Detecta Audis/ Centro de Avaliação Auditiva Local: Curitiba - PR Informações: (0xx41) 232-4020, com Ana Paula.

AGOSTO

4 e 5

Il Jornada Paranaense de Dermatologia – 2000 Promoção: SBD, Seção do

Paraná Local: Toledo (PR) Informações: (0xx41) 224-

6467 E-mail

sbd.pr@avalon.sul.com.br

11 a 13

Congresso de Oncologia do Hospital Santa Rita Exposição de Produtos e Serviços da Área Médica Local: Centro de Eventos Plaza São Rafael, Porto Alegre (RS)

Informações: (0xx51) 214-8504

E-mail:

eventos@santacasa.org.br

20 a 27

7.ª Reunião Científica Anual da Academia Brasileira de Fiopatologia Crânio-Oro-Cervical

Professores convidados: Thomas Graber Charles Greene, Willian Hyllander, Francisco José Macedo, Valéria Leal e Durval Kraychette Local: Clube Med, Itaparica (BA)

Informações: (0xx71) 353-3647 E-mail

mritasancho@enet.com.br

24 a 26

IV Seminário do Serviço Integrado de Cabeca e Pescoço do Hospital Nossa Senhora das Graças Local: Associação Médica do Paraná, Curitiba (PR) Informações: (0xx41) 225-

3361, com Carla ou Fernanda.

25 e 26

5.° Simpósio de Clínica Psiquiátrica do Centro de Estudos Luís Guedes

Tema: O papel da psiquiatria na clínica psiquiátrica Coordenador: Dr. Manuel Pires dos Santos Informações: (0xx51) 330-

5655

e-mail: celque@zaz.com.br

4.º Curso de Acupuntura (pós-graduação em nível de especialização)

Promoção: Departamento de Acupuntura da AMP, Sociedade Médica de

Acupuntura do PR e Cesac Locais: AMP (aulas teóricas) e ambulatório do Cesac (práticas).

Informações: (0xx41) 342-1415, com Luizete.

12 a.14

Il Congresso Internacional da AMO

Local: Ouro Minas Palace Hotel, Belo Horizonte (MG)

XVI Congresso Brasileiro de Medicina Legal VII Congresso Brasileiro de Ética Médica

V Congresso Brasileiro de Odontologia Legal I Congresso Brasileiro de Direito Médico

Tema central: "A tecnologia a servico das ciências forenses" Promoção: Sociedade Brasileira de Medicina Legal e Sociedade Brasileira de Odontologia Legal Local: Mar Hotel, Recife (PE)

NOVEMBRO

10 a 14

III Congresso Pan-Americano de Controle de Infecçõese Epidemiologia Hospitalar VII Congresso Brasileiro e l Congresso Brasileiro de Controle de Infecções e Epidemiologia em Odontologia Promoção: ABIH/Amecih Local: Minascentro, Belo

Horizonte (MG) Informações: (0xx31) 344-

E-mail: abih@mail.com

26 a 30

3360

XV Congresso Brasileiro de Cancerologia

Local: Centro de Convenções da Bahia, Salvador (BA)

Agenda do presidente

"A ética na emergência" foi o tema da palestra proferida pelo presidente do CRM, Luiz Sallim Emed, durante o 2.º Curso Interdisciplinar de Atendimento à Emergência e Trauma, realizado em maio, na cidade de Maringá. A promoção foi da Regional do CRM, Sindicato dos Médicos e Sindicato dos Hospitais de Maringá.

Em Paranaguá, o presidente do Conselho falou sobre "Aspectos éticos na atividade profissional dos médicos", durante ciclo de palestras realizado no Centro de Estudos, em promoção da Associação Médica de Paranaguá.

Ao participar da solenidade de posse da nova diretoria clínica da Santa Casa Monsenhor Guilherme, em Foz do Iguaçu, Luiz Sallim Emed faleou sobre "Há limites para intervenção clínica?". Em junho, Sallim Emed participou de reunião promovida pelo Cremers, em Porto Alegre.

Internet

O uso da Internet da Medicina, com destaque para as consultas que estão sendo estimuladas, estará em análise no Encontro dos Conselhos de Medicina do Sul e Sudeste, a ter lugar no Rio de Janeiro, no mês de agosto. A questão se constitui em centro de polêmica e poderá precipitar uma posição oficial dos Conselhos.

Pareceres do CFM

N.º 01/2000 – Assunto: Diretor técnico e diretor clínico.

N.º 02 - Livre exercício profissional, especialidade médica e registro de especialidade nos Conselhos de Medicina.

N.º 03 - Infrações ao artigo 16, alínea g, do Decreto n.º 20.931/32, e aos artigos 98 e 99 do Código de Ética.

N.º 04 - Curso de Medicina Quântica.

N.º 05 - Forma de prescrição do prontuário.

N.º 06 - Resolução n.º 142/99, do Cremerj, que disciplina a inscrição e reinscrição do médico por ordem judicial.

N.º 07 – Atendimento de pacientes por planos de saúde particulares.

N.º 08 - Assistência ao pré-natal no consultório, segredo profissional no atendimento a menores e a obrigatoriedade de auxiliar de enfermagem na sala de exames.

N.º 09 – Normatização das diárias e internações em apartamento, enfermaria eUTI.

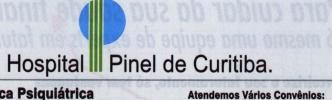
N.º 10 - Exames de habilitação para carteira de motorista.

N.º 11 - Pagamento de honorário médico à pessoa jurídica e Duas atividades no mesmo ato cirúrgico.

N.º 12 - Exame de HIV após a morte do paciente.

N.º 13 - Densitometria óssea.

(Os pareceres aprovados este ano estão à disposição dos médiocos, para consultas, na Biblioteca do CRM.)



- Clínica Psiguiátrica
- · Hospital Dia
- Hospital Integral
- Tratamento para **Dependentes Químicos**



fone (41) 376-3466 fax (41)376-6597

Praça Joaquim Meneleu A. Torres, 70 • CEP 81.610-010 • Vila Hauer • Curitiba/PR



Roncos · Apnéias

Hiperssonias (Sonolência diurna) **Parassonias** (Movimentos durante o sono) **Insônias** (Incapacidade de dormir ou de manter o sono)

Dr. Attílio S. Melluso Fo

Convênios e **Particulares**

Clínica e Laboratório (Polissonografias)

CENTRO DE DISTÚRBIOS DO SONO DE CURITIEA

Rua Bruno Figueira, 369 4º andar conj. 404 - Bafel - CEP 80240-220 Fone Fax: (041) 243-0112

Ceventos OS

personagem

Bioética

A IV Jornada de Bioética do Hurnp e a 61.ª Semana Brasileira de Enfermagem foram realizadas de 18 a 20 de maio no auditório do Hospital Universitário, em Londrina. A promoção foi da Universidade Estadual de Londrina e Sociedade Brasileira de Bioética, Regional de Londrina. Um dos conferencistas convidados foi o Prof. Marco Segre, presidente da Sociedade Brasileira de Bioética. Ele falou sobre "Cuidados paliativos: uma abordagem em evolução". O Conselho de Medicina foi representado por seu presidente Luiz Sallim Emed, e também por José Luís de Oliveira Camargo, da Regional de Londrina e do Comitê de Bioética da Universidade.

Encontro de Medicina Legal em Maringá

O II Encontro Mariangaense de Medicina Legal foi realizado no Plenário da Câmara local, dias 2 e 3 de junho. A promoção foi do IML de Maringá e Departamento de Medicina do Centro de Ciências da Saúde da UEL, tendo efetiva participação. A abertura foi conduzida pelo Prof. Aldo Pesarini. O programa incluiu palestras dos Professores Miguel Kfouri Neto, que abordou "Responsabilidade civil do médico"; Genivald Veloso França, com "A perícia nos casos de tortura"; José Eduardo de Siqueira, com "Bioética e eutanásia"; e Carlos Ehlke Braga Filho, que fez avaliação do Encontro. O encerramento coube ao presidente da Câmara, João Alves Corrêa.

Projeto cultural

Até novembro estará sendo desenvolvido, em Recife, o projeto Médico Cultural Pernambuco (2000). "A arte na medicina às vezes cura, de vez em

quando alivia, mas sempre consola". Este é o tema do evento lançado em maio em exposições, shows musicais e homenagens. Em 5 de julho, haverá exposições de fotografias, de autoria do patologista Lennie Maia, e de artes plásticas do sanitarista Humberto Santos. Também será exibida poesia do oftalmologista Alvacir Raposo e show teatral comandado pelo cirurgião Reinaldo de Oliveira. A homenagem especial será pelo centenário de nascimento do Dr. Valdemar de Oliveira. Outros eventos estão marcados para 2 de agosto. 16 a 20 de outubro e 1.º de novembro. A promoção é do Cremepe, Fecem, Dimepe, Sindhospe, Sociedade de Medicina e Academia Pernambucana de Medicina.

Educação continuada

O I Congresso de Educação Médica Continuada da Unimed Curitiba será realizada de 3 a 5 de agosto na sede da AMP, em Curitiba. O evento marca o 29.º aniversário da Unimed, comemorado no dia 6. As inscrições são gratuitas, limitadas para os 400 primeiros médicos cooperados, podendo ser efetuadas até 30 de junho na sede da entidade ou através do telefone (0xx41) 360-2152, com Joly ou Claudia. A Comissão Científica é formada por representantes da Sociedade Paranaense de Clínica Médica, Sogipa, Sociedade Paranaense de Pediatria e Colégio Brasileiro de Cirurgiões Capítulo do Paraná. João Carlos Simões será o presidente do I Congresso, enquanto Wadir Rúpollo, da Academia Paranaense de Medicina, o presidente de honra. A promoção da Unimed Curitiba tem apoio da Associação Médica e Real/ABN Amro Bank.

Mobilização contra o fumo

m 31 de maio foi comemorado o Dia Mundial de Combate ao Fumo, promovido pela Organização Mundial de Saúde e que tem a intenção de reduzir cada vez mais o consumo de cigarros, além de divulgar os seus males. Considerado o "mal do século", o cigarro é responsável por mais mortes que a soma das provocadas pela aids, acidentes de trânsito e drogas ilícitas. No mundo morrem 3,5 milhões por ano, enquanto no Brasil o número chega a 80 mil, ou 10 a cada hora. As projeções são ainda mais pessimistas: se o crescimento do tabagismo não for contido, nas próximas três décadas a marca pode chegar a 10 milhões de morte/ano.

No Brasil, as campanhas preventivas ainda não produziram resultados práticos, sobretudo com relação às doenças cardiovasculares, que representam 35% de todos os óbitos ocorridos. A mobilização envolveu vários segmentos da sociedade, inclusive o Conselho Regional de Medicina do Paraná, que chama a atenção para a responsabilidade do profissional nesse processo de contenção do tabagismo, doença que tem substrato neorobioquímico, sendo prevenível e tratável. Cabe ao médico informar ao paciente e toda comunidade de influência sobre os efeitos danosos do fumo. Além disso, cabe também a sua própria conscientização, considerando que há uma expressiva parcela de médicos fumantes que, além das consequências à sua saúde, também são formadores de conceitos de hábitos.





Palestra em Maringá

O Prof. Izrail Car, titular da área de Pediatria da UFPR, proferiu palestra em 19 de maio no auditório Wadir Rúpollo, da sede da Regional do CRM em Maringá. O tema foi "Pacientes em estado terminal". O evento ético teve a coordenação do Dr. Kemel Jorge Chammas, presidente da Regional, e atraiu mais de 100 profissionais. O professor está ao centro na foto à esquerda.

GRAND HOTEL RAYONZAX

Inaugurado em 1993, o Rayon vem colecionando prêmios. 1995-eleito pelo Guia Brasil-Quatro Rodas como Hotel Revelação do ano no Brasil. 1998-eleito o melhor hotel de Curitiba, pela Revista Latin Finance. 1999-eleito o melhor hotel do Paraná pela ABRAJET.



Localizado no Centro de Curitiba, ao lado da Rua 24 horas, o Rayon proporciona conforto, luxo e sofisticação para quem viaja a lazer ou a negócios. Conheça também o GARBO, o único restaurante em Curitiba de cozinha internacional que serve 24 horas ao dia.

*Consulte-nos: tarifas promocionais para os finais de.semana.



Rua Visconde de Nácar, 1424 Curitiba. PR. Fone: (41)322.6006.E-mail:hotel@rayon.com.br

personagem

Adrenalina, perigo E FORTES EMOÇÕES

ormado pela Faculdade Evangélica e com especialização em cardiologia, Douglas Schmidt é a prova de que a medicina e esportes radicais podem andar lado a lado e se completarem como projeto de vida. Em sua visão, o montanhismo é um momento de simplicidade e também de verdade. "Não há lugar para mentiras no montanhismo. É preciso estar preparado física e emocionalmente para entender a montanha", ensina Schmidt, falando com emoção sobre o esporte que faz parte de sua vida há muito tempo.

O montanhismo engloba desde subidas de trilhas mais simples até escaladas mais complicadas com cordas e equipamento profissional. "Há mais ou menos 18 anos subi o primeiro morro. O sofrimento foi tão grande que acabou gerando o meu interesse pelo esporte", conta Schmidt, animado. O morro escalado foi o Marumbi e a subida levou 5 horas, resultando em um balanço nada favorável: roupas rasgadas, cãibras e dores pelo corpo. Depois dessa experiência um pouco frustrante, Schmidt resolveu entrar em uma academia para melhorar seu preparo físico. Foi lá que ele conheceu os oito amigos montanhistas que o acompanham até hoje em suas escaladas.

As pessoas e principalmente os pacientes, em seu consultório, ficam curiosos quando vêem a foto ampliada de Douglas escalando uma montanha. "Eles acham fabuloso, principalmente porque além de procurar uma relação médicopaciente, o doente busca sempre uma relação saúde-doença ao visitar o consultório", o que acaba tornando mais positivo o exemplo do esporte.

Suas habilidades médicas acabaram sendo necessárias em várias situações na montanha. "Muita gente vai despreparada e sofre intoxicações, quedas, entorces... Já precisei tratar, por exemplo, um edema agudo não cardiogênico em um montanhista alemão no Aconcágua", relembra o médico.

Para começar com o montanhismo, o mais difícil mesmo é conseguir boa vontade e disposição para sentir dor, ensina Schmidt. Para iniciar fazendo trilhas o material necessário é mínimo: botas especiais e uma roupa normal. Isso porque a maioria das montanhas do Paraná não exige uma escalada mais técnica.

Dentre as escaladas mais importantes feitas por Douglas constam o Marumbi no Paraná, o Dedo de Deus no Rio de Janeiro e o Aconcágua nos Andes, a mais perigosa feita por ele até hoje.

A Sentinela de Pedra

Difícil imaginar um médico pendurado por cordas e escalando mon-

tanhas. Mais difícil ainda é acreditar que o Dr. Schmidt escalou com apenas quatro amigos o perigoso Aconcágua, com uma altitude de 6.962 metros. Conhecido como a Sentinela de Pedra pelo povo local, o Aconcágua é a maior montanha de todo o Hemisfério Sul e das três Américas.

Foi necessário um ano de planejamento e treino para enfrentar o Aconcágua. O grupo saiu de Curitiba no dia 4 de Janeiro de 2000. Foram quase 20 dias de viagem, com muita dificuldade e sofrimento. "Chegamos a pegar 35 graus negativos fora da barraca", conta. Faltando 170 metros, com ventos fortíssimos, neve e depois de deixar parte do grupo para trás (os demais acabaram desistindo em outras etapas da montanha) Schmidt e um guia acharam mais prudente retornar. "Foi preciso muita calma para tomar a decisão entre prosseguir e desistir estando tão perto. Acredito que tomei a decisão correta". Douglas já está preparando um novo retorno ao Aconcágua: "Ficou incompleto. È preciso sentir a emoção da vitória".

"Em tudo corremos risco, a diferença é que no montanhismo este pode ser calculado. Você é colocado diante de situações tão difíceis que seus valores acabam sendo pesados novamente. O risco de vida e as privações fazem com que você veja com mais simplicidade as dificuldades do dia-a-dia", conclui Schmidt.



Douglas Conrado Schmidt, 39 anos e nascido em Pitanga-PR, é graduado pela Faculdade Evangélica, tendo especialidade médica em cardiologia. Ele atua em Curitiba (o consultório funciona na Clínica de Cardiologia do Paraná, na Rua Oyapock, 367, Cristo Rei). Montanhista, é veterano na Serra do Mar, onde faz escaladas e trilhas no conjunto Marumby, Paraná, Farinha Seca e, ocasionalmente, na Serra dos Orgãos e na Mantiqueira. "Enfrentou" o Aconcágua em janeiro deste ano.



FOTOTERAPIA

Aparelho portátil (Handisol) para lesões localizadas e couro cabeludo Aparelhos específicos para regiões palmo-plantares

- Micose Fungóide
- Esclerodermia em Placas

- Eczema Crônico de Pés e Mãos
- Dermatite Atópica

Médico Responsável Dr. Caio C. S. de Castro R. Padre Anchieta, 1846 Cj. 1014 • Ed. BIOCENTRO Curitiba/PR • F. (41) 331-6614 e-mail: castro@dermatologia-net.com.br